

Estado e sociedade em Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte

State and society in Sérgio Buarque de Holanda and Nestor Duarte

GLAUBER RABELO MATIAS

RESUMO

Pretendo trabalhar comparativamente com as perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995) [1936] e Nestor Duarte em *A ordem privada e a organização política nacional* (1966) [1939], no que tange às suas ideias sobre o processo de mudança social brasileira, referentes aos impasses concernentes ao aspecto relacional que envolve “Estado” e “Sociedade”. O debate procura salientiar os principais eixos elencados na análise das obras supracitadas, que aproximam e/ou distanciam as ideias dos referidos autores em torno de um dado conteúdo de modernização brasileira, em suas possibilidades e obstáculos. O objetivo principal é o de apurar as visões e proposições de Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte acerca do processo de mudança social brasileira, envolvido pela tensão que abarca o aspecto relacional entre a realização de uma empreitada como o Estado e a atmosfera social brasileira. Tenciono analisar brevemente as aproximações e distanciamentos entre as visões paradigmáticas de Buarque e Duarte em relação à caracterização e à natureza do Estado brasileiro em devir; à conexão entre diagnóstico e prognóstico de uma determinada situação social brasileira que compreenderia conteúdos normativos específicos; e à sistematização sociológica da relação entre “Estado” e “Sociedade”.

Palavras-chave: Estado – Sociedade – Pensamento Social Brasileiro.

ABSTRACT

I work comparatively with the perspectives of Sérgio Buarque de Holanda in “Roots of Brazil” (1995) [1936] and Nestor Duarte in “The Private Order and the National Political Organization” (1966) [1939], with regard to his ideas about the Brazilian social change process, impasses concerning the relational aspect involving “State” and “society”. The proposed debate seeks to highlight the main axes mentioned in the analysis of their works cited, which approach and distance their ideas about a given Brazilian modernization content, its possibilities and obstacles. The main objective is to ascertain the views and propositions of Sérgio Buarque de Holanda and Nestor Duarte on the

process of social change in Brazil, which is affected by the tension between the realization of a contract like the State and the Brazilian social atmosphere. I analyze briefly the approximations and distances between the paradigmatic visions of Buarque and Duarte in relation to the characterization and nature of the Brazilian State in becoming; to the connection between diagnosis and prognosis of a particular Brazilian social situation that would include specific normative contents; and to the sociological systematization of the relationship between "State" and "society".

Keywords: State – Society – Brazilian Social Thought.

I - APRESENTAÇÃO

Gildo Marçal Brandão (2005) mostra que o exercício de revisitar o ensaísmo brasileiro dos anos de 1930 é uma tarefa sociologicamente fecunda no sentido de observar tais produções intelectuais como construtos analíticos fundamentais na elaboração de visões e explicações acerca da formação social brasileira como material de análise para o pesquisador interessado nas investigações sobre “[...] os padrões e dilemas fundamentais da sociedade e da política, brasileiras.” (BRANDÃO, 2005, p. 231). Ora, se, de acordo com Ianni (1992), as principais interpretações acerca do “Brasil moderno” se formulam nesta época, onde “[...] muito do que se pensa depois arranca das interpretações formuladas então.” (IANNI, 1992, p. 29), a importância dos “clássicos brasileiros”, no dizer Brandão (2005) ao reler Alexander (1999), não deve ficar restrita ao plano da memória intelectual, mas sim figurar num esforço imaginativo que busque recuperar análises e propostas, tendo como norte a superação das barreiras históricas que separam determinados autores e seus respectivos tempos, sem, no entanto, descartar os seus contextos de produção.

É desta forma que a reflexão acerca dos “clássicos brasileiros”, como pretendida aqui, deve correr no sentido do acesso teórico-conceitual ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936, 1ª edição, 1995, edição de referência), e de Nestor Duarte em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939, 1ª edição, 1966, edição de referência), como base para a elaboração de “[...] hipóteses e argumentos para investigação científica do presente” (BRANDÃO, 2005, p. 234). Atento para os eixos temáticos fundamentais de tais escritos — quais sejam, os impasses e dilemas em torno das possibilidades da mudança social brasileira — logrando assim, contribuir para o avanço das discussões subsequentes da sociologia brasileira contemporânea.

Trato, neste trabalho, de investigar pontualmente as perspectivas de Holanda (1995) e Duarte (1966), no que elas podem oferecer à compreensão dos problemas da vida social e política brasileira. Isto é, explorar seus potenciais analíticos reservados em suas considerações peneiras de agudo senso de explicação e crítica social de seus tempos. Sendo aquelas considerações, matrizes

de pensamento entre nós, justamente por tocarem aspectos fundantes de nossa formação intelectual, parece provável que revelem para os nossos dias, valiosos contributos avaliativos.

O objetivo principal aqui é o de apurar as visões e proposições de Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte acerca do processo de mudança social brasileira, envolvido pela tensão que abarca o aspecto relacional entre a realização efetiva de uma empreitada como o Estado e a atmosfera social brasileira. Esta relação-chave se mostra relevante na medida em que é constitutiva das aproximações e distanciamentos que perpassam a fronteira do conhecimento produzido por ambos os autores, e é também a ideia-força que sustenta o argumento direcionador do debate que se possa estabelecer entre Buarque e Duarte. Há em ambos os autores a perspectiva de que a política não reside exclusivamente no âmbito do Estado, mas sim emerge do plano das relações sociais, como uma esfera que significa a experiência concreta da figura do Estado no Brasil.

É nesta chave empírica, entre o plano político e o plano das relações sociais, que Buarque e Duarte parecem nortear suas visões a respeito dos dilemas e dificuldades da consolidação do Estado brasileiro. Esta chave, os leva a elaborar suas análises na indissociação entre “o político” e “o social”, facultando a observação destas através de uma vertente que Brandão (2005) — retomando uma noção cara a Wanderley Guilherme dos Santos (2002) — denominou de “pensamento político-social brasileiro”.

Neste ínterim, o esboço do debate que proponho aqui, entre as perspectivas de Sérgio Buarque e Nestor Duarte, procura salientar os principais eixos elencados na análise de suas obras citadas, que no plano analítico, aproximam e/ou distanciam suas ideias em torno de um dado conteúdo de modernização brasileira, suas possibilidades e obstáculos, como indica Piva (2000), ao mostrar que “[...] Duarte e Holanda, que querem o espaço estatal, mas são apegados à democracia e à participação da sociedade na definição da modernização brasileira, hesitam e lançam ambiguidades no que toca ao Estado e ao projeto a ser implementado.” (PIVA, 2000, p. 249). Cumpre acentuar, assim, que a observação sobre a relação entre Estado e sociedade, que se verifica, *grosso modo*, em Buarque e Duarte, oferece um prisma de acesso às propostas mesmas de modernização brasileira presentes em tais autores.

Deste modo, a breve análise empreendida neste trabalho está norteadada por três questões que envolvem, a meu ver, o pensamento de Buarque e Duarte no que tange a relação entre Estado e sociedade no Brasil, quais sejam:

1) *A caracterização e a natureza do Estado brasileiro em devir*, isto é, a identificação, por parte de ambos autores, da esfera estatal como um construto de inovação institucional, que para estar

afinado no que diz respeito à sua concretização na realidade social, prescinde de determinados conteúdos sociais e políticos presentes na sociedade brasileira, aparecendo assim como uma figura em vias de efetivação na realidade social brasileira;

2) *A conexão entre diagnóstico e prognóstico de uma determinada situação social brasileira*, que se refere à ideia de que, apesar de transitarem por horizontes analíticos semelhantes, (no plano da não-cisão entre “política” e “sociedade”), Buarque e Duarte, partindo da atenção ao descompasso entre ideias e práticas sociais na formação social brasileira, chegam a resultados particularmente distintos em relação à aposta na figura do Estado como um ente fundamental no processo de modernização brasileira, o que, em geral, demonstra a presença de conteúdos normativos relativamente díspares em suas propostas;

3) *A sistematização sociológica da relação entre Estado e sociedade*, que ao ser procurada sob a aura de uma síntese explicativa, nas abordagens de ambos os autores, leva a fomentar a suave crítica que Nestor Duarte realiza em torno da problemática da consolidação do Estado brasileiro vista por Sérgio Buarque, que fundamenta o aspecto relacional, encontrado, entre Estado e sociedade — guardadas as devidas diferenciações analíticas e propositivas, — enquanto um dilema histórico que, ao receber níveis de preocupação intelectual distintos, indica mesmo o grau das apostas e motivações de cada autor, para este tema, na cena histórica brasileira. O reconhecimento do aspecto relacional que envolve Estado e sociedade, em Buarque e Duarte, é o diagnóstico sobre mediações de pensamento, em uma relação, que na vida social, não deveria para ambos, ser cindida.

II - A CARACTERIZAÇÃO E A NATUREZA DO ESTADO BRASILEIRO EM DEVIR

As ideias acerca da constituição do Estado brasileiro que figuram o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte correspondem a uma tentativa intelectual de realizar uma ponte entre conceitos e noções concernentes às experiências históricas estranhas à formação societária brasileira e uma determinada situação social circunscrita a uma dada conjuntura de tempo e espaço, compondo uma tradição de pensamento que percebe que “[...] a realidade social não se ajustava facilmente às ideias e aos conceitos, aos temas e às explicações emprestadas às pressas de sistemas de pensamento elaborados em países da Europa.” (IANNI, 1992, p. 17).

Metodologicamente, é este descompasso entre ideias e práticas sociais que mobiliza a atenção de Buarque e Duarte para o estudo dos dilemas envolvidos no processo de modernização brasileira, sobretudo de caráter institucional. Ambos os autores elaboram seus quadros para a

análise de relações e práticas sociais que norteiam as proposições sobre os impasses que provocam certa tensão na constituição da esfera estatal e da própria relação entre as instituições e as relações sociais. O emblema da comparação entre as perspectivas de Buarque e Duarte demonstra nuances teóricas em relação ao processo de construção do Estado brasileiro que perpassam obstáculos em torno da tensão entre dois estados de coisas: a *esfera social*, simbolizada pela “família”, através de características como o “personalismo”, por exemplo, e a *esfera institucional*, da qual o “Estado” é figura de destaque, representando, em última instância, a instalação de uma atmosfera distinta, marcada pela impessoalidade, conteúdo tido como “moderno”.

A caracterização do Estado em Sérgio Buarque tem como oposto a marca da personalidade individual do brasileiro, fundada em mecanismos de intimidade, de “cordialidade”, de orientação das condutas individuais para o apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico, que no plano das relações sociais significam a repulsa por conteúdos impessoais, racionais. Dentro da perspectiva que procura atentar para o descompasso entre ideias e práticas, Buarque mostra que o Estado brasileiro representa um arcabouço teórico-histórico contraposto à experiência social brasileira, é uma ideia anterior à prática social correspondente, não possuindo, portanto, raízes fundas na realidade, como diz aqui: “Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e acabado de preceitos, sem saber até que ponto se ajustam às condições da vida brasileira e sem cogitar das mudanças que tais condições lhe imporiam.” (HOLANDA, 1995, p. 160).

A meu ver, a natureza do Estado brasileiro está, para o autor, disposta de forma relativa à natureza do brasileiro, como algo que não deveria ser estranho ao *ethos* brasileiro. “O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura de nosso gênio — mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude.” (HOLANDA, 1995, p. 176). Sérgio Buarque problematiza uma espécie de “gênio” ou “espírito” brasileiro, que estaria resguardado e imune a qualquer tipo de transformação brusca e profunda, externa a ele, que no máximo operaria como elemento ou parâmetro cultural para o plano da mudança social, visto que, para o autor, “[...] a personalidade individual dificilmente suporta ser comandada por um sistema regente e disciplinador.” (HOLANDA, 1995, p.155).

Maria Odila Dias (1998) mostra que é na esteira do pensamento alemão¹, que Buarque

¹ É flagrante, neste ponto, a recepção de Sérgio Buarque dos fundamentos do pensamento social e histórico alemão (sobretudo das teses sobre o *Geist* germinadas pelo romantismo alemão), fomentada por sua estada em Berlim em 1929, onde, segundo Candido (1998), “[...] pôde presenciar os primeiros atos de selvageria dos nazistas [...] essa experiência lhe mostrou ao vivo o que era o fascismo.” (CANDIDO, 1998, p. 81). Demonstro aqui, que boa parte do que parece mover as preocupações de

sistematizaria a principal a tarefa do historiador como sendo o estudo das possibilidades da mudança social, marcadamente a atenção aos “eventos imperceptíveis” (DIAS, 1998, p. 18), guardando qualquer semelhança com a abordagem de Georg Simmel (1983) sobre a constituição da sociedade sob o olhar acerca dos “delicados fios”², das relações sociais mais diminutas que a significam. Esta proposição indica que o descompasso entre ideias e práticas toca, para Buarque, o aspecto da relação entre Estado e sociedade não como algo estanque, mas antes na lenta, gradual, e delicada adaptação de um ente como o Estado a uma determinada situação social, gestada sob a presença do *ethos* brasileiro como elemento mediador deste devir.

Este panorama histórico-cultural leva Buarque a debater os próprios contornos e conteúdos os quais a figura do Estado brasileiro teria encarnado ao ser constituído por valores e normas distantes de nossa realidade social, por isso sempre mal resolvidos praticamente, reinterpretados segundo grupos sociais específicos, aqueles ligados diretamente ao poder estatal. Ainda que pareça ser um entusiasta democrático na sua identificação da relativa adaptação destes ideais com o temperamento nacional, Buarque está disposto a focalizar determinados conteúdos políticos, tais como o liberalismo e o sentimento democrático, em seu teste de compatibilidade com a vida social brasileira, admitindo-os enquanto conteúdos ideológicos — por isto, parciais e deformados —, sendo taxativo: “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmo privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.” (HOLANDA, 1995, p. 160).

Pondo em xeque uma certa eficácia formular estatal ou ainda alguns ideários em voga em sua época, Buarque fornece

[...] instrumentos para discutir os problemas da organização sem cair no louvor do autoritarismo e atualizou a interpretação dos caudilhismos, que então se misturavam às sugestões do fascismo, tanto entre os integralistas [...] quanto entre outras tendências que dali a pouco se concretizaram no Estado Novo. (CANDIDO, 1995, p. 20).

A discussão acerca do distanciamento entre os ideários que figuram em determinados modelos de Estado (especialmente o conteúdo democrático-liberal aproximado à experiência histórica brasileira), parece ser o alvo principal das preocupações de Buarque. O autor sublinha o

Buarque em *Raízes do Brasil*, tem sua base em seu diálogo com a sociologia alemã de Max Weber e Georg Simmel, e a epistemologia histórica de Dilthey e Rickert, como prefere apontar Evaldo Cabral de Mello no posfácio publicado na referida edição da obra de Buarque. (MELLO, 1995).

² Segundo Simmel, “[...] trata-se de descobrir os delicados fios das relações mínimas entre os homens em cuja repetição contínua se fundam aquelas grandes formações que se fizeram objetivas e que oferecem uma história propriamente dita” (In: MORAES FILHO, 1983, p. 73).

vácuo existente entre a identidade brasileira, o *ethos* brasileiro, e as promessas mal sucedidas da instalação de uma “ideologia impessoal do liberalismo democrático” (HOLANDA, 1995, p.160) entre nós, quando da reinterpretação destes conteúdos pelas elites políticas brasileiras — a quem, segundo Dias (1998), algumas das suas críticas são endereçadas³, — concorrendo para a formulação dos esquemas de representação política e orientação das condutas da sociedade brasileira. É interessante notar que este reconhecimento das impossibilidades e obstáculos da instauração de um Estado “moderno” entre nós se aproxima do aporte teórico-metodológico formulado por Nestor Duarte (1966).

Em Duarte (1966), a análise sobre as condições históricas de implantação do Estado brasileiro pressupõe a observação rigorosa sobre a experiência social e cultural em nossa formação. O autor identifica um determinado estado de coisas cristalizado no percurso formativo brasileiro, o qual denomina de “ordem privada”, esfera a partir da qual se daria o enfrentamento com a própria figura do Estado. Duarte (1966) enfatiza que

O Estado só começa a existir além dessa ordem [...] Depois de o reduzir, assim territorial e funcionalmente, ela, por sua vez, o penetra como classe política, para infundir o seu espírito e a sua índole, após impregná-lo dos seus interesses. (DUARTE, 1966, p. 108).

Segundo a visão de Duarte (1966), a formação histórico-social brasileira revela a oposição entre duas “ordens”: de um lado, a “ordem privada”⁴, constituída pelo símbolo da “família” (a *res* privada, eminentemente exclusivista), sendo esta “[...] apanágio do varão, do orgulho masculino, da hierarquia [...]” (DUARTE, 1966, p. 78); e de outro lado, a “ordem pública”, a *res* pública, que o Estado teoricamente representaria. O autor reflete acerca das (im)possibilidades de constituição de uma dada organização política representada pela esfera estatal, tendo como base o exame das problemáticas relativas à oposição entre a “ordem privada” e a “organização política estatal”, simbolizando dimensões com características muito particulares.

A “ordem privada” é entendida por Duarte (1966) como uma ordem vigente, nas esferas,

³ Dias (1998) nota que “[...] Sérgio Buarque de Holanda criticava nas elites dirigentes do país o seu intelectualismo improvisado e a tendência simplificadora de aceitar esquematismos superficiais, ou seja, a pretensão de governar por decretos, de importar modelos políticos europeus e de embuti-los nas leis, como se estas pudessem atuar indiferentes aos costumes políticos da sociedade brasileira.” (DIAS, 1998, p. 13).

⁴ Vale ressaltar que o significado que a noção de “ordem privada” recebe de Nestor Duarte (1966) se aproxima da acepção clássica do conceito de “ordem legítima” fornecida por Max Weber (1991). Deste modo, a “ordem privada” que Duarte descreve pode ser associada ao sentido weberiano devido à crença dos indivíduos na vigência desta ordem, no que se refere à probabilidade de orientação das condutas dos agentes por esta representação. (WEBER, 1991).

cultural e política, brasileiras, atuando como orientadora das práticas sociais cristalizadas nos modos de ser da sociedade brasileira. A análise da “ordem privada” presente em Duarte se fundamenta como ponto de partida para o entendimento da organização política em termos institucionais no Brasil, sendo, deste modo, base para o mapeamento do percurso histórico-político com vistas ao estudo das possibilidades da mudança social.

Partindo de uma abordagem atenta aos conflitos experimentados na história brasileira entre a “ordem privada” (como “ordem vigente”) e a “ordem pública” (como “ordem superficial”), Duarte (1966) aponta as dificuldades em torno da consolidação da esfera estatal, explicadas segundo um legado histórico-cultural privatista, avesso a contornos institucionais formais, o que impediria, na visão do autor, o desenvolvimento de sentimentos políticos democráticos entre os brasileiros. De acordo com Duarte (1966), seria um equívoco ignorar o descompasso entre estas referidas “ordens” experimentadas pela formação política brasileira, uma vez que poderia ser esta, uma explicação fundamental para os desenvolvimentos vivenciados em nossa vida política. Com isto, Duarte sublinha que

[...] o que marca esta zona do país brasileiro é, até aqui, a sua inconformação dentro da estrutura e, mais que isso, dentro do sentimento do Estado. O homem público como a ação pública não encontram, por isso, mais superfície para projetar-se e estender-se. Não só ele se modifica, como ela se desnatura. (DUARTE, 1966, p. 128).

Ao operar analiticamente neste espaçamento de experiências, o autor destaca que o conteúdo ideológico da democracia atuou sem nos tornar democratas, como “[...] uma zona comum de ideias e sentimentos que ia aplainando o antagonismo dessas duas ordens, dos seus interesses e a própria luta mais viva a que poderiam chegar.” (DUARTE, 1966, p.103). Interessante pontuar que, ainda que seja resultado de contradições históricas entre as duas principais “ordens” visualizadas em nossa formação, a caracterização relativa do Estado brasileiro para Duarte se aproximaria, em termos normativos, de um modelo democrático, visto que:

[...] se, por exemplo, em vez da forma democrática instituíssemos um Estado ainda mais ausente do povo ou com um poder de emanção menos direta dos órgãos populares, pior, bem pior, seria a condição espiritual dessa população brasileira em face dos acontecimentos políticos, como mais rebaixada e primária a sua educação para a vida pública. (DUARTE, 1966, p. 107).

Neste sentido, as visões acerca do Estado brasileiro em Buarque e Duarte são

caracterizadas pela presença de elementos da vida social brasileira que atuam como mediadores da construção de nossa experiência política, seja a “cordialidade” em Buarque ou a “ordem privada” em Duarte. Ambos os conteúdos operam, segundo os autores, como dificultadores da consolidação da experiência democrática entre nós. Se, *grosso modo*, a natureza do Estado brasileiro parece ser de caráter democrático para ambos, a análise da conexão entre o diagnóstico deste estado de coisas e o prognóstico que suas perspectivas demonstram matiza a própria relação entre “Estado” e “sociedade” que pode ser inferida da leitura de suas obras.

III - A CONEXÃO ENTRE DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DE UMA DETERMINADA SITUAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Feitos, de forma breve, alguns apontamentos sobre as visões encontradas nas perspectivas de Buarque (1995) e Duarte (1966) acerca da natureza da figura do Estado brasileiro em uma atmosfera de valores e sentimentos contrapostos aos seus aspectos fundamentais, passo a apurar a conexão de significado que aparece em ambos os autores, entre “o que existe” — o reconhecimento de uma situação social alocada numa determinada conjuntura brasileira, isto é, o seu “diagnóstico”— e “o que deve existir”, um conteúdo normativo mais ou menos explícito, o qual posso inferir da análise das obras selecionadas, isto é, o seu “prognóstico”.

Buarque e Duarte partem de diagnósticos a respeito da formação brasileira que são semelhantes, visto que ambos consideram que o ingrediente da colonização portuguesa contribuiu decisivamente para a formação social brasileira, no sentido de uma herança cultural e política (ou a-política) que se cristalizou em determinadas situações sociais. Em Buarque (1995), está presente a ideia da dificuldade de ultrapassar os limites que a vida política brasileira herdou da colonização portuguesa, no que tange à estruturação do quadro familiar entre nós como um elemento de ordenação da vida social de origens ibéricas. Desta forma, a ideia de Estado fundada numa experiência histórica exterior, a europeia, parece a Buarque estranha e avessa a determinados conteúdos tradicionais do brasileiro, que enquanto portador de uma concepção de natureza humana singular, acaba por rechaçar qualquer conteúdo moderno, como a esfera estatal: “Já temos visto que o Estado, criatura espiritual, opõe-se à ordem natural e a transcende.” (HOLANDA, 1995, p. 188).

O cenário que Buarque desenha, diz respeito a uma forma de transição de uma atmosfera social dita “tradicional”, de raízes ibéricas, marcada por uma cultura política extremamente fragmentada, para a construção de um “Brasil moderno”, marcado pela urbanização e o

aniquilamento gradativo de suas raízes: “[...] estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.” (HOLANDA, 1995, p. 180). Cabe ao analista Buarque vislumbrar as possibilidades de “nossa revolução”, que, como diz, será:

[...] a dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. (HOLANDA, 1995, p. 180).

Piva (2000) demonstra que o caráter de ambiguidade presente em *Raízes do Brasil* é constitutivo da abordagem de Buarque sobre este processo de transição da sociedade brasileira, e que o autor, ao visualizar os caminhos e barreiras para a modernização brasileira, não pretende optar, analiticamente, pelo “velho” e “tradicional” padrão ibérico, em face da “nova” e “moderna” conformação histórico-social que o Estado brasileiro representa. Ou seja,

[...] moderno em *Raízes* é a institucionalidade impessoal e abstrata ‘americana’, e nacional é a espontaneidade ibérico-brasileira — e Holanda quer os dois ao mesmo tempo, embora a contraface disso seja a identificação entre espontaneidade e atraso e entre racionalização/abstração e o elemento externo. (PIVA, 2000, p. 155).

Sérgio Buarque estaria atento às possibilidades de “[...] criar o novo sob a guia da tradição.” (PIVA, 2000, p. 182), que no plano analítico significa discutir os problemas relativos às dificuldades de transformar os costumes políticos no Brasil. (DIAS, 1998). Desta maneira, é digno de atenção em Buarque, o debate em torno da legitimidade de uma empreitada como o Estado Brasileiro como uma “forma social moderna” que emerge de uma situação histórica disposta por conteúdos ainda tradicionais e privatistas, que negam sua proposta ideal como universalização dos requisitos básicos para a existência em sociedade, uma vez que “[...] o Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro.” (HOLANDA, 1995, p. 176).

Tendo como parâmetro analítico esta composição híbrida, sem reconhecer qualquer graduação entre “o moderno” e “o tradicional”, representados respectivamente pelas figuras do “Estado” e da “ordem familiar”, Buarque (1995) não tenciona resolver propositivamente os impasses encontrados na dimensão empírica, ou ao menos não aponta respostas prontas e

acabadas a respeito da consolidação do Estado como uma esfera que promova determinados sentimentos político-democráticos em meio a vida social brasileira.

O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (HOLANDA, 1995, p. 61).

Em vista deste diagnóstico, o autor parece revelar uma configuração histórica provida de contornos dilemáticos. De outra feita, como indicar resoluções institucionais que levem a cabo a transição já iniciada pelo processo de urbanização no cenário brasileiro, de uma sociedade tida como “tradicional”, agrária, para uma sociedade entendida como “moderna”, urbana, através de determinados modelos e experiências estatais que não condizem com nosso “gênio” ou “espírito”? Sérgio Buarque (1995) demonstra com isto que “[...] o espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde. As formas superiores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas.” (HOLANDA, 1995, p. 188).

Lembrando a distinção fundamental, exposta por Simmel (1983), entre “forma e conteúdo sociais”, como abstrações analíticas de uma realidade única, Buarque (1995), ao abordar o “Estado” enquanto forma social abstrata, e “sociedade”, entendida pelo *ethos* brasileiro, como conteúdo indissociável da própria esfera estatal, observa a inviabilidade de tomar o Estado enquanto lugar excelente do processo de mudança social brasileira. Neste caso, o prognóstico de Buarque não se constitui como um projeto fechado ou uma solução histórica rápida (esforço que para o autor é metodologicamente impossível), onde todo o diagnóstico de incompatibilidade da sociedade brasileira em suas feições culturais em relação à transplantação de modelos históricos forâneos colabora para um ar de ceticismo ou tragicidade em seu pensamento, como aponta Raymundo Faoro (1998), ao identificar Buarque como um “analista das instituições brasileiras”: “Esta a palavra que inunda a obra de Sérgio Buarque de Holanda: não conseguimos, no curso da enfermidade do tempo histórico encontrar a legitimidade política e popular, a soberania do povo, que só a cidadania poderá, um dia, construir.” (FAORO, 1998, p. 70).

Como indica Piva (2000), a ideia de modernização brasileira não se vincula necessariamente, na perspectiva de Buarque, a um projeto de modernização brasileira, ao menos no que se refira a uma via institucional para a transição, no curso do tempo, para uma sociedade

“moderna”, que ainda carrega consigo determinados aspectos de outrora. Piva (2000) enfatiza que “[...] temeroso das fórmulas autoritárias então em voga, à esquerda e à direita, Holanda se exime de afirmar taxativamente que o que se necessitava instalar era o Estado (em sentido amplo) e não elabora os contornos institucionais ou mesmo conceituais da dimensão pública que está buscando.” (PIVA, 2000, p. 158).

As proposições de Buarque (1995) não contrariam seu diagnóstico, de que seria pouco provável, e no máximo, um artifício, a efetivação de um Estado entre nós, provido de um caráter de inovação institucional num plano de relações sociais fundamentadas em uma cultura singular. Isto, segundo Buarque, não se afinaria com uma experiência estatal que deva se originar como parte constitutiva da sociedade brasileira, se aproximando ao diagnóstico de Nestor Duarte (1966), no que tange à identificação do descompasso entre “ideias” e “práticas”, entre “conceitos” e “realidade”, ainda que se distanciem em suas apostas.

Os argumentos de Nestor Duarte (1966), para a confecção de seu diagnóstico da realidade social brasileira se baseiam, *grasso modo*, no estudo da significação do processo e comportamento políticos brasileiros, na percepção da história da formação brasileira como uma relativa continuação da formação social portuguesa no tempo e no espaço, clivagem histórica esta que permite a renovação das características e impasses ibéricos em solo brasileiro. A colonização portuguesa estabelece uma relação de ingrediente cultural com o Novo Mundo, acirrando tipicamente, para Duarte, alguns elementos presentes no *ethos* do português como “[...] mais um homem privado do que político.” (DUARTE, 1966, p. 4), colaborando para dificuldades na realização da empreitada do Estado na sociedade brasileira. Duarte diz: “O Estado como ideia, representação e poder viria enfraquecer-se e padecer de inelutáveis vicissitudes no Brasil, ao se passar para o território colonial a organização social portuguesa.” (DUARTE, 1966, p.18).

Este espírito privado do homem luso que se espraia no Brasil, segundo Duarte, encontra dois fatores que possibilitam a sua consolidação sob a forma de um estilo de vida, sejam: o que denomina de “feudalismo”, isto é, no seu dizer, que “[...] o solo do país é conquistado, ocupado e povoado pelo proprietário privado.” (DUARTE, 1966, p. 24), e o componente da “família patriarcal” como base da organização social brasileira, realização da própria família portuguesa na Colônia⁵, representando o lugar do sentimento privado, do recinto doméstico, sendo, pois, antítese histórica de qualquer experiência política que se possa emergir de uma “ordem pública”. Na visão de Duarte:

⁵ A família portuguesa na Colônia resulta, para Nestor Duarte, da índole viva e preponderante que mantém na sociedade portuguesa, das condições oferecidas pela organização econômica colonial, e dos determinantes da extensão territorial brasileira. (DUARTE, 1966).

A família, como família, isto é, como conjunto de interesse, sentimento e espírito privado, não é a base e fundamento do Estado, considerado este como a organização, a ordem do fenômeno político diferenciado. A família é antes um grupo hostil ao grupo político, refratário, enfim, ao espírito que domina a organização estatal. (DUARTE, 1966, p. 13).

Estes são os pilares da constituição da “ordem privada” no Brasil para Nestor Duarte (1966): a “organização feudal”, na apropriação privada da extensão territorial brasileira, e a “organização familiar”, marcada pelo poder patriarcal como poder soberano a que tudo submete. A situação social que Duarte descreve caminha na identificação da organização política nacional como derivada de um dado estado de coisas que corresponde à ordem privada, uma ordem vigente que circunda todas as esferas da vida social brasileira e impede a sedimentação de valores públicos entre nós.

Com isto, a “ordem privada” constituída na qualidade de ordem sólida e indestrutível, para Duarte (1966), ainda que significada por uma sociedade que denomina de “anárquica” por sua indisciplina política, não estaria desprovida de uma estrutura básica, aquela agrícola-feudal e familiar que se aferra cada vez mais aos confrontos com os princípios da organização estatal em devir, e “[...] tão poderosa é essa ordem privada que o Estado há de resignar-se a viver dela e a apoiá-la por isso mesmo, até depois da transformação política da Colônia em Império Brasileiro.” (DUARTE, 1966, p. 71).

Diante deste cenário condicionado pelo desenvolvimento histórico brasileiro que ressignifica o “passado” no “presente”, — uma vez que “[...] este homem em si, com a sua mentalidade contemporânea e intenções atuais, pouco vale e significa sem esse passado de forte peso tradicional, que o define e que o formou esculpindo-lhe sentimentos e hábitos sociais, como costumes mentais e morais.” (DUARTE, 1966, p.119) — Nestor Duarte (1966) vislumbra um estado de coisas que deve se contrapor, de alguma forma, a tal condição presente, embora partindo desta, e tenciona propor uma direção histórica aos rumos da sociedade brasileira, notadamente a criação de um sentimento político nacional enquanto produto de uma experiência histórica acumulada.

Reconhecendo a adversidade destas condições face à existência de valores públicos na sociedade brasileira, o autor admite que o Estado, tido, em seu dever ser, como formação de uma comunidade política, precisa atuar com vistas ao nascimento de um espírito público, de um sentimento “nacional”, não cultivado através de um percurso histórico cristalizado numa

constituição societária privatista, entendida como resultado empírico de suas experiências. É neste sentido que Duarte observa o seguinte: “O Brasil é um Estado com um passado contra, dentro de uma organização econômica hostil aos próprios requisitos e fundamentos do exercício do poder político.” (DUARTE, 1966, p. 93).

Em outras palavras, como buscar instituir uma “organização política nacional”, que signifique mais do que integridade territorial e centralização do poder, através de conteúdos democráticos numa realidade social constituída por sentimentos privados? Duarte responde apontando para a figura do Estado como portador de um papel histórico diante deste dilema, uma vez que, para o autor, “[...] ante a realidade do Brasil o papel do Estado não é refletir e conservar tal ou qual ambiência, mas assumir a função de reformar, criar, educar um povo.” (DUARTE, 1966, p. 122).

Se em Sérgio Buarque o prognóstico, a proposição da mudança social brasileira não se configura como uma resposta em termos de saídas para os impasses da relação entre “Estado” e “sociedade”, por esbarrar justamente nas impossibilidades dos caminhos institucionais deste processo, em Nestor Duarte reside a ideia, em um horizonte contra-factual, de que ao Estado se reserva uma determinada função: operar no florescimento orgânico dos valores públicos via aprendizado político do povo brasileiro, suscitando a construção de um “povo político”. No dizer de Piva (2000): “A validade ou não, contudo, não esvazia a certeza de que Estado e razão criadora deveriam instalar o processo de aprendizado pelo qual a sociedade passasse a querer e a conformar o próprio Estado, que é a formula modernizadora de Duarte.” (PIVA, 2000, p. 237).

A tentativa de equacionar as dificuldades de transformação dos costumes políticos no Brasil, esforço que não chega a se concretizar em Buarque (1995), aparece em Duarte (1966) na proposição, em conteúdos normativos, da figura do Estado em sua iniciativa de realizar uma “pedagogia política”, disposta em forma de uma missão civilizatória em relação à tarefa de, — segundo o choque com a ordem vigente, a “ordem privada”, ainda que imerso nela, — tornar manifestos a luta e os antagonismos entre o “espírito privado” e o “espírito público”, na construção de uma organização política nacional.

Duarte (1966) discute assim as bases da sedimentação do Estado-Nação entre nós, que não se restrinja ao domínio do poder ou do território, mas que esteja fundado num sentimento nacional como realidade social a ser buscada e construída, afinando determinados valores encontrados na atmosfera social ao plano do Estado brasileiro, ao fazer emergir das características mais íntimas, a noção de pertencimento ao universo das instituições sociais e políticas, ao observar que “[...] sem sentir o Estado ligado ao seu destino nem ao mundo dos seus

ideais e sentimentos, o homem brasileiro tanto que seja um homem histórico, um homem produto do fenômeno brasileiro, é tão apolítico e anárquico quanto o passado que nele revive.” (DUARTE, 1966, p. 125).

O encaminhamento analítico que Nestor Duarte (1966) oferece, parte dos obstáculos histórico-empíricos notados por Sérgio Buarque, mas desemboca num prisma propositivo diferenciado no que tange à resolução, — embora sua intenção não pretenda ser conclusiva — da tensão entre “Estado” e “sociedade” no Brasil. Seu projeto modernizador tenciona resolver no plano do pensamento uma dualidade observada na realidade social brasileira: as contradições engendradas pelo choque entre “ordem privada” e o “Estado” brasileiro atingem a natureza mesma deste Estado, comprometendo, em termos políticos, a conduta e a atitude dos indivíduos face à experiência estatal.

Se Buarque (1995) e Duarte (1966) compartilham diagnósticos semelhantes a respeito da formação histórico-social e política brasileira sob o foco dos dilemas concernentes à consolidação do Estado brasileiro através do signo do “Estado-Nação”, percebendo os conteúdos políticos, emergirem antes do plano das relações sociais, seus prognósticos como visões expandidas em suas apostas e respostas à dimensão empírica de seus problemas, encontram fins distintos no que tange à relação entre Estado e sociedade. A sistematização sociológica da referida chave de entendimento — do descompasso entre ideias e práticas visto nas perspectivas de Sérgio Buarque e Nestor Duarte — corresponde, a meu ver, às suas tentativas de contribuir analiticamente, de modos peculiares, para o tema das (im)possibilidades do processo de mudança social brasileira.

IV - A SISTEMATIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DA RELAÇÃO ENTRE “ESTADO” E “SOCIEDADE”

O aspecto relacional entre “Estado” e “sociedade” que marca, em linhas gerais, as perspectivas de Buarque e Duarte, ganha força uma vez apontadas as linhas interpretativas que enlaçam seus diagnósticos e prognósticos. O esboço da comparação que posso suscitar entre as visões e propostas de cada autor se mostra fundamentada não só nas suas contribuições já discutidas, mas, sobretudo num percurso crítico que o próprio Nestor Duarte procura traçar nas páginas finais de *A ordem privada e a organização política nacional* (1966) em relação à abordagem de Sérgio Buarque (1995), no que tange aos dilemas diagnosticados por este, com respeito à relativa incompatibilidade da esfera estatal, tal como experimentada pela sociedade brasileira.

Em seu intento de contribuição à sociologia política brasileira, que significa procurar os

fundamentos sociais das instituições políticas para além delas mesmas, ou seja, “[...] sob a regularidade de certos fenômenos sociais.” (DUARTE, 1966, p. 116), Nestor Duarte tenta se diferenciar da empreitada de Buarque em seu objetivo principal, que seria, a seu ver, a busca por um ensaio político, ao passo que em *Raízes do Brasil*, o tema-chave seria a discussão sobre o “problema cultural brasileiro.” (DUARTE, 1966, p. 62).

Apesar de reconhecer a importância explicativa desta obra de Buarque, e de analiticamente, poder ser considerado “[...] vinculando-se inequivocamente à linha de Sérgio Buarque de Holanda.” (PIVA, 2000, p. 28), por motivos já expostos anteriormente, Duarte aponta suas aproximações e distanciamentos referentes à perspectiva do autor de *Raízes*, nesta passagem:

Refletindo, porém, o propósito claramente denunciado de ligar esse familiarismo ao fenômeno político brasileiro, deu-nos Sérgio Buarque de Holanda um livro — *Raízes do Brasil* — que se lê divergindo e negando, por vezes, mas que se deixa cheio de ideias e rico de conceitos, como uma visão que amplia. Já ali o fenômeno familiar é encarado como grupo social em oposição ao Estado, como o faz vitoriosa corrente sociológica contemporânea. (DUARTE, 1966, p. 62).

Em virtude desta ponderação, saliento a crítica de Duarte (1966) às dificuldades encontradas por Sérgio Buarque (1966) no diagnóstico da presença de um Estado não afinado com a realidade social brasileira. Duarte aponta que o reconhecimento da situação social presente, constituída pela “ordem privada” em oposição ao sentimento político-democrático nacional, é tão somente o ponto de partida da interpretação histórico-social que ambicione pretensão de validade explicativa. Nestes termos, o autor enfatiza que a visão de Buarque parece estar restrita ao plano do diagnóstico da incompatibilidade entre “Estado” e “sociedade”, ao afirmar: “Para o autor de *Raízes do Brasil*, porém, tamanha circunstância só explica o que chama ‘a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático’ [...] e os obstáculos [...] ‘que se ergueram contra a formação de um aparelhamento burocrático eficiente entre nós’” (DUARTE, 1966, p. 121).

Tal argumento de Duarte parece enfatizar que o diagnóstico realizado por Buarque reproduz no plano analítico uma dualidade entre o “Estado”, conteúdo moderno e impessoal, e “sociedade”, conteúdo familiar e privatista, disposta empiricamente, onde “[...] só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão [...]” (HOLANDA, 1995, p.141). Segundo esta dualidade, toda proposição a se basear

neste impasse com vistas a sua superação, não passaria de especulação intelectual. Este parece ser o distanciamento mais nítido entre Buarque e Duarte: enquanto o primeiro vê inviabilidade propriamente metodológica, e até mesmo analítica, de se estabelecer um panorama normativo enquanto projeto, o segundo procura encontrar na realidade, respostas precisas que avancem no debate sobre a relação “Estado-sociedade”.

A incompatibilidade entre a *esfera estatal* e a *esfera social*, para Duarte, tem de ser entendida por meio dos obstáculos que o delineamento político recebe do plano das relações sociais brasileiras, avesso ao conteúdos democráticos, numa experiência institucional mal sucedida, como mostra nesta passagem:

Não nos parece razoável, nem de acordo com a nossa condição e cultura histórica, que nos limitemos a ter surpresas com a adaptação difícil desse ou daquele princípio político entre nós, mas, já certos, de antemão, dessas dificuldades para todo e qualquer princípio político, o que nos caberá é avaliar essa prevista adaptação difícil, seguir o seu percurso e escolher os meios de reduzi-la. (DUARTE, 1966, p.122).

Buarque (1995) mantém a relação “Estado-sociedade” como uma oposição empírica irresoluta, reconhecendo que a realidade social brasileira não fornece elementos para se optar por uma saída institucional face às suas problemáticas constitutivas, e que em seu dever ser, “Estado” e “sociedade” são esferas inseparáveis. Duarte (1966), por sua vez, acaba, mesmo notando esta ideal indissociação orgânica, pendendo propositivamente para a esfera estatal como difusora e criadora do sentimento político ausente, e para a necessidade de sua própria presença na sociedade, como demonstra Piva (2000): “É preciso que o Estado nasça da sociedade, mas, em vista do determinismo negativo, Duarte apelará à criação, de cima, do sentimento que espera se difundir.” (PIVA, 2000, p. 243).

Longe de apontar Sérgio Buarque como defensor de uma perspectiva que privilegie a *esfera social* face à *esfera estatal*, ou mesmo o contrário para Nestor Duarte, como uma leitura rápida e pouco substantiva faz parecer, o relevante é notar que, cada qual a seu modo, ambos os autores trabalham numa relação tensa entre “Estado” e “sociedade”, que comportam conteúdos normativos específicos em cada análise, com o fito de observar o processo de modernização brasileira, a partir de um estado de coisas que o nega e o contrapõe, uma conjuntura privatista cristalizada seja na “ordem privada” ou na “cordialidade”, para um ou outro.

Em termos relacionais, as esferas “Estado” e “sociedade” compreendem modificações relativas e mútuas para Buarque e Duarte, em medidas diferenciadas. Na sistematização

sociológica que posso inferir de Buarque, a transplantação de modelos institucionais é sempre matizada por reinterpretações sociais e culturais, ao passo que o Estado também modifica, transcende as características fundamentais de uma sociedade, ainda que reste “[...] um mundo de essências mais íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irreduzível [...]” (HOLANDA, 1995, p. 188). Já em Duarte, na medida em que o Estado pareça se chocar com uma determinada ordem privada vigente, a realidade social modifica as próprias noções ideais acerca do Estado, isto é, “[...] uma realidade infensa que a ele se submete, também o perverte. Ou o reduz e simplifica.” (DUARTE, 1966, p. 128).

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No escopo deste trabalho, objetivei tratar das visões e proposições presentes nas perspectivas de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Nestor Duarte (1966), a respeito da problemática da instauração da esfera do “Estado” na sociedade brasileira como um empreendimento que conviveu com obstáculos culturais e políticos, circunscrevendo a sua realização ao plano do “realmente existente” entre nós, um estado de coisas que nega e dificulta, conforme verificado em ambos os autores, o florescimento dos sentimentos públicos, e, em última instância, o aperfeiçoamento de nossas instituições.

Se as questões postas aqui possuem validade explicativa, elas giram em torno da preocupação com o “sentido do Brasil”, indicado por Piva (2000), que figura tanto em Buarque quanto em Duarte. Isto é, a procura por um significado singular no passado, no presente, e no futuro do país, nas mudanças e permanências constatadas em seu devir. Cada qual a seu modo, Buarque e Duarte estariam atentos às lacunas do processo de modernização brasileira, no seu distanciamento enquanto experiência relativa à atmosfera social e cultural brasileira, historicamente configurada por características privatistas, avessas a determinados conteúdos democráticos, entendida, para ambos, como um sentimento, que deve se originar no seio na sociedade. Ao perguntarem sobre os condicionantes da mudança, da “modernização brasileira”, Sérgio Buarque e Nestor Duarte suscitam dúvidas, que ainda hoje figuram em nossos horizontes intelectuais e políticos, acerca do que significam as instituições brasileiras.

Permanecendo, em certa medida, os impasses empíricos observados por Buarque e Duarte, sobre o aperfeiçoamento das instituições democráticas entre nós, ou mesmo sobre o déficit do gradiente político-democrático na vida cotidiana brasileira até os presentes dias, não me parece interessante encarar a revisão de pressupostos clássicos do pensamento social e político

brasileiro como um fardo analítico. Ao contrário, importa trazê-la para iluminar a produção sociológica de nossos tempos, ao fornecer elementos substantivos para a longa caminhada do conhecimento acumulado sobre a formação social brasileira, e sobre as interpretações acerca de nossa formação, como um duplo exercício, de contribuir para resoluções de impasses e dilemas diagnosticados por nós e por nossos clássicos.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C. (1999). "A importância dos clássicos". In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. (Orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, p. 23-90.

BRANDÃO, Gildo Marçal. (2005). "Linhagens do Pensamento Político Brasileiro". *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 48, nº 2, p.231-269.

CANDIDO, Antonio. (1998). "A visão política de Sérgio Buarque de Holanda". In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.

_____. (1995). "Prefácio". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva.(1998). "Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda". In: CANDIDO, Antonio. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.

DUARTE, Nestor. (1966). *A ordem privada e organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª edição.

FAORO, Raymundo. (1998). "Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras". In: CANDIDO, Antonio. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.

IANNI, Octavio. (1992). *A Ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense.

MELLO, Evaldo Cabral de. (1995). "Posfácio". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.

PIVA, Luiz Guilherme. (2000) *Ladrilheiros e semeadores. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (2002). *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Casa de Oswaldo Cruz.

SIMMEL, Georg. (1983). "O problema da sociologia". In: MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.) *Simmel. Sociologia*. São Paulo: Ática.

VILLAS BÔAS, Glaucia. (2006). *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV.

WEBER, Max. (1991). "Conceitos sociológicos fundamentais". In: _____. *Economia e*

sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol.1. Brasília: EDUnB.

Glauber Rabelo Matias

Doutor em Sociologia Política (UENF) e professor do Centro Universitário Redentor (UniRedentor) de Campos dos Goytacazes (RJ).